

DE RECÔNCAVO DA GUANABARA À BAIXADA FLUMINENSE: LEITURA DE UM TERRITÓRIO PELA HISTÓRIA

Lúcia Helena Pereira da Silva¹

RESUMO: Baixada Fluminense é um conceito que serve para designar uma porção de terra que atualmente ocupa a banda ocidental da baía de Guanabara. Como conceito o seu significado transformou-se ao longo do tempo e para dar conta do imaginário que está atrelado a ideia de Baixada é necessário percorrer o processo das muitas nomenclaturas que tiveram o lugar.

Palavras-chaves: Baixada Fluminense, urbanização, História.

ABSTRACT: Baixada Fluminense is a concept used to describe a piece of land that currently occupies the western Bay of Guanabara. As a concept its meaning has been changing over time and for to know the imaginary that is related to the idea of Baixada need to understand through the process of the many concepts that had the place.

Keywords: Baixada Fluminense, urbanization, History

¹ Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Curso de História e do PPGDT/UFRRJ (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Investigar as muitas noções que um território pode ter ao longo do tempo é descortinar os sentidos e significados que arregimentam uma forma de espacializar a região, além de identificar as forças sociais que auxiliaram a construir o sentido da própria palavra que serve para designar a porção de terra.

Baixada Fluminense, Periferia, Região Metropolitana, Grande Iguassu ou Recôncavo da Guanabara são termos utilizados para se referir a um pedaço de chão e a escolha de um destes conceitos implica em se filiar a um conjunto de referências e sentidos, também eles transmutados ao longo do tempo.

Para dar conta desta trajetória, a partir do campo da História, é necessário percorrer as muitas nomenclaturas que a atual Baixada teve, buscando articular os sentidos que a sociedade em cada momento deu à banda ocidental da baía de Guanabara que atualmente se configura como Baixada Fluminense.

Vários autores se debruçaram sobre o que seria o território da Baixada, aqui citaremos apenas quatro autores, por considerar as contribuições que deram ao debate historiográfico acerca da região. O Primeiro deles, o sociólogo José Cláudio de Souza Alves, em sua tese de doutorado defendida em 1998, já apresentava os inúmeros problemas que envolveriam uma definição territorial do que seria Baixada. O autor na introdução percorreria os termos citados acima indicando a fluidez da delimitação, apontando inclusive a necessidade de deixar explícito os elementos que estariam sendo acionados na definição. Ele escolheu a temática da violência para fazer o seu recorte espacial:

No caso do presente estudo, a definição da Baixada se dará tendo em vista a questão da violência. Nessa definição, entram os elevados índices de homicídios, matéria prima a partir da qual se produziu a vinculação da região coma violência, sobretudo através dos meios de comunicação. Nesse sentido, a Baixada Fluminense aqui empregada se aproximaria das UUIO elaboradas pela FUNDREM, composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. (Alves, 2003, p.15-16, grifo meu)

Ao escolher o tema violência, o autor viu similitude com a divisão territorial promovida pela FUNDREM², mas essa espacialização inseria também a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, já que foi incluída no conjunto dos municípios fluminenses, inclusive sendo colocados como “faixa de periferia intermediária”. Para o que cabe aqui, é importante ressaltar que o sociólogo foi o primeiro a problematizar a dificuldade de definição e, por conseguinte de territorialização da Baixada.

Em 2006, dois pesquisadores trouxeram novas contribuições a essa discussão. O primeiro, o geógrafo Manoel Simões em sua tese de doutorado intitulada Cidade Estilhaçada tinha como objeto as emancipações ocorridas a partir do município de Nova Iguaçu; o segundo, o historiador Alexandre Marques em um artigo da revista Pilares da História analisou a historiografia que se debruça sobre o processo de ocupação da região.

Os dois partindo de problemáticas diferentes, entretanto, fazem a mesma trajetória ao partirem das diferentes abordagens do que seria Baixada, incorporam as preocupações de Alves ao explicitar o que cada um estava privilegiando no seu recorte, mas acabam por consolidar as possíveis leituras de região, através dos consensos construídos acerca dos vários significados atrelados à região.

Simões (2007) apresenta as definições de Baixada Histórica, Baixada Política e Baixada Geopolítica como possibilidade de recorte espacial. No livro de 2011 ele reafirma a trajetória realizada na obra anterior e incorpora as questões que envolvem o ambiente natural, de forma didática percorre as inúmeras definições e conclui da seguinte forma:

Definir e delimitar uma região não é uma tarefa simples e esse capítulo introdutório demonstrou isso. **Contudo não podemos fugir a nossa responsabilidade de, no mínimo, delimitar o nosso objeto de estudo que é a baixada fluminense. O conceito e limites desta região** contidos neste livro tão somente possuem o objetivo didático de traçar os limites da nossa pesquisa e da nossa análise, para podermos dialogar com os futuros leitores. (Simões, 2011, p.31, grifo meu)

² FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) foi criada em 1975 e extinta em 1989

Simões (2007) tem o mérito de apresentar de forma pedagógica as várias definições de Baixada e de ratificar a ideia de que existe um conceito, ainda que segundo Enne (2002), seja polissêmico. Os vários sentidos do conceito foram percorridos por Marques (2006) articulando-os aos sujeitos construtores dos significados. O que se tem ao fim do texto são inúmeras possibilidades de definição de Baixada:

Conceituar a Baixada Fluminense serve também como grande argumento para problematizarmos não só a região, mas as relações sociais e políticas que nela se estabelecem. Identificar seus problemas e analisar os discursos sobre ela produzidos, torna-se importante à medida que os dados levantados podem colaborar para uma reflexão e intervenção sobre a realidade na busca de melhorias sociais, através da implantação de políticas públicas condizentes com as características regionais e das necessidades dos que nela atuam ou residem. (Marques, 2006, p. 14)

Marques (2006) traz à tona a preocupação com uso político das definições e dos muitos sujeitos envolvidos na constituição de uma leitura acerca da região. O último autor também incorpora essa problemática em seu texto, mas acentua a existência de uma representação hegemônica do que seria a Baixada, esta inclusive, essencialmente urbana. O texto de Rocha (2013) é fruto das pesquisas realizadas no mestrado e no doutorado e tendo como problema a construção de uma leitura hegemônica do que seria a Baixada, o autor descortina a engrenagem geopolítica da inclusão-exclusão no conjunto dos municípios da região:

A conjugação destes elementos culminou na construção de uma “Baixada Fluminense” distinta daquela que originou seu nome. **Hoje, associada a uma representação hegemônica** de pobreza urbana, miséria, violência social, é comumente personificada e reificada em discursos políticos cuja sua menção permite um (re)arranjo de poder. Entendemos que esta Baixada se constitui como uma representação territorial de poder (ROCHA, 2011), lócus de uma geografia política, onde práticas e representações permitem a

apropriação deste território no urbano metropolitano fluminense e que criam um problema territorial sobre o uso ou negação desta representação hegemônica. (Rocha, 2013, p.7-8, grifo meu)

Os autores conseguem constituir o campo de debate do que seriam o conceito e a própria Baixada Fluminense a partir de diferentes ângulos; na esteira desses autores e compartilhando com suas principais problemáticas quanto a existência de um conceito com inúmeros significados, é possível percorrer essa mesma discussão analisando o contexto social de onde emergiram as várias leituras do que seria a porção oeste da baía de Guanabara. Este será o exercício a seguir.

LEITURAS DE TERRITÓRIO

As terras que se estendem entre a cidade do Rio de Janeiro e a Serra do Mar eram conhecidas por Recôncavo da Guanabara e suas planícies embrejadas³ faziam parte do Termo da Cidade⁴ como freguesias de fora até 1833, ano da criação do grande município de Iguassu. Por isso contar a história do município é, em grande medida, evocar a própria história da Baixada, principalmente porque inicialmente o município ocupava toda a extensão da região e sua história é também a de sua fragmentação e das inúmeras emancipações que se sucederam ao longo do tempo.

Até 1833, o Recôncavo era dividido em muitas freguesias: N S do Pilar, N S de Piedade de Iguassu, N S de Piedade de Magé, N S de Marapicu, N S da Guia de Pacobaíba, N S do Amparo de Maricá, São João Batista de Meriti, S João Batista de Itaboraí, São João Batista de Niterói, São Gonçalo de Guaxindiba, S Francisco Xavier de Itaguaí, S Nicolau de Surui, S Antonio de Jacutinga e S Antonio de Sá, o limite do Termo. Atualmente essas freguesias comporiam a região metropolitana do Rio de Janeiro

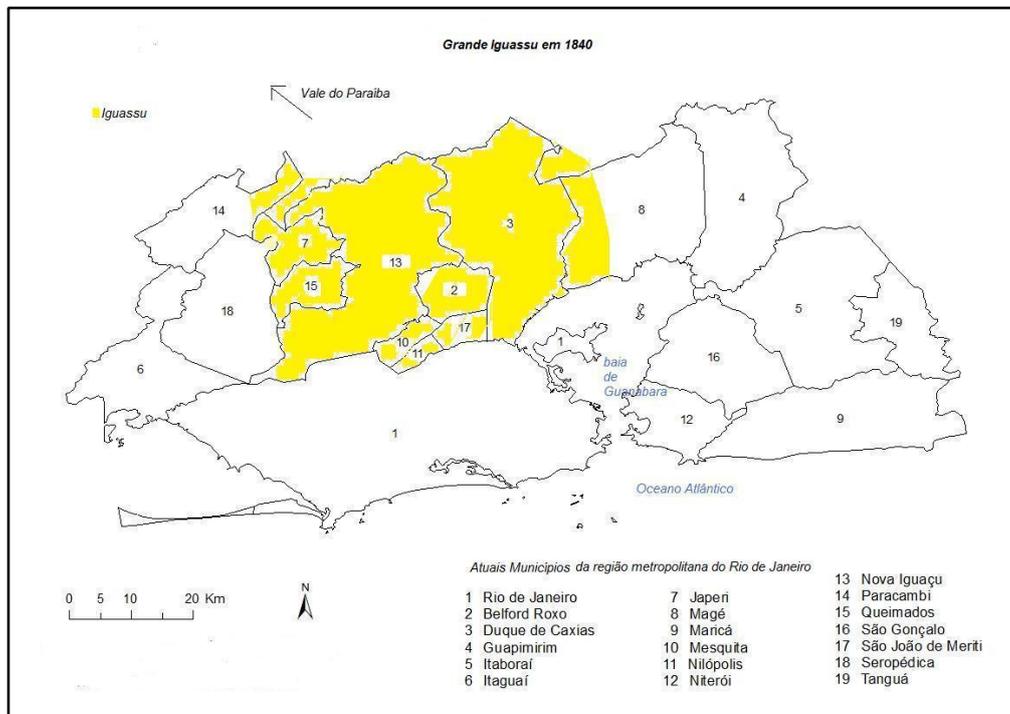
Não havia sentido de hierarquização entre a cidade e a sua área de influência, na medida em que a cidade atuava dentro do contexto da exploração colonial, ou seja, sua função era de, a partir de sua ocupação, organizar o território de forma a facilitar a

³ Termo utilizado por Soares (1962) para descrever a região

⁴ Área adjacente sob a jurisdição da cidade (comarca). Área até o limite de influência de uma cidade.

extração das riquezas produzidas no seu entorno. No caso do Rio isso incluía o imenso interior, principalmente depois da descoberta do ouro nas Gerais.

Mapa do Município de Iguaçu em 1840



Fonte: Brasil, 1873, p.28-36

Recôncavo está associado ao fato geográfico/social cujo eixo é a própria a Baía⁵, enquanto a Baixada Fluminense ao olhar político ligado aos usos sociais da região. A noção de Baixada da Guanabara configura-se em uma tentativa de manter uma unicidade sem hierarquização entre a Cidade e o seu Entorno, posto que o conceito Baixada Fluminense carrega consigo a noção de posição de subalternidade.

A baía enquanto dado geográfico mobilizou recursos conceituais que auxiliaram a nomear e dar inteligibilidade ao que se descrevia; as geografias dos lugares, vistas como campo de forças sociais singulares que atuam em escalas diferentes (Abreu, 2010), permitiu ao olhar dos que passaram pela região ajudasse a construir uma leitura espacial do que seria a região.

Recôncavo da Guanabara tinha sua centralidade na Baía e através dela simbolizava e organizava uma forma de ver o território, terminologias como fundo e

⁵ No sentido aplicado por Braudel para o mediterrâneo de Felipe II (Braudel, 1984)

boca da baía eram utilizadas para dar sentido às relações estabelecidas entre a cidade, o seu entorno e o interior. A baía e os rios eram utilizados como referências espaciais para organizarem os lugares.

Depois de 1833, Grande Iguassu era o vasto município que ocupava toda a porção oeste da baía de Guanabara. Também conhecida por arrabalde, pois diferente da noção de sub-urbe, não tinha uma clara distinção territorial, já que o termo era utilizado para designar qualquer lugar que não fosse a zona urbana, desta forma, locais como Inhaúma e Botafogo ou sopé da Serra do Mar e Guaxindiba poderiam ser indicados como arrabaldes. Naquele momento, a indistinção era produzida pela estrutura econômica do entorno, as áreas adjacentes à cidade do Rio eram dominadas pela paisagem das fazendas e engenhos de cana e mandioca.

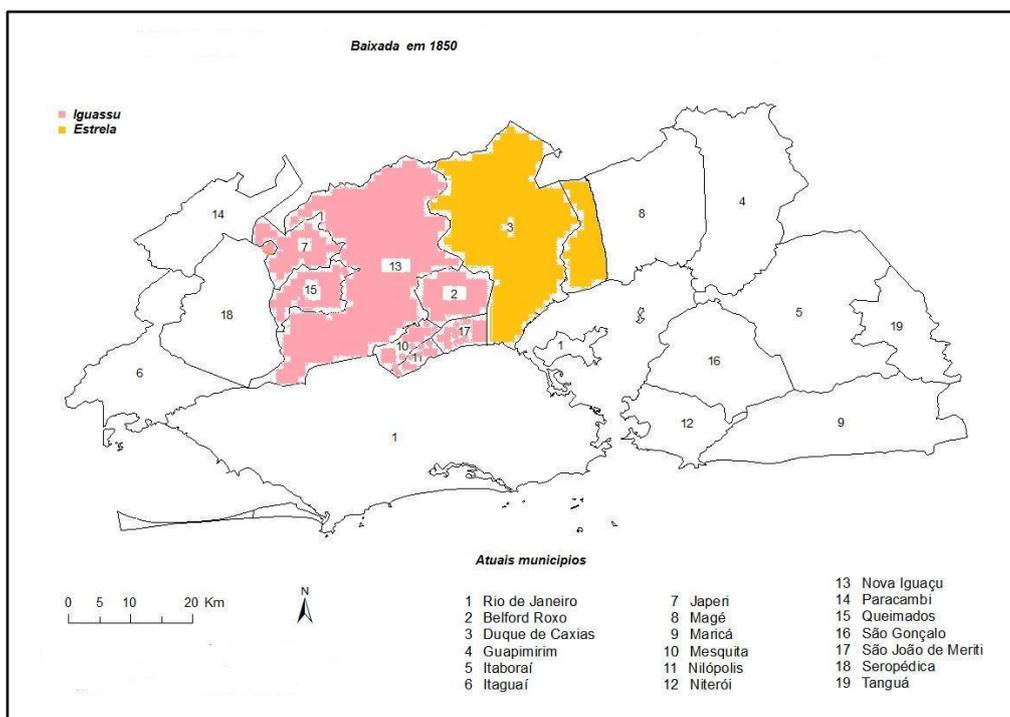
A criação do município de Estrela em 1846 dividiu o território da Baixada. A existência de duas dinâmicas econômicas na região potencializou a fragmentação do Grande Iguassu. A área mais próxima da baía, além das atividades voltadas para a agricultura concentrava a logística de exportação do café centrada nos mares, escravos e transporte fluvial; a outra área localiza-se nas terras mais distantes da baía e tinha na agricultura a sua principal atividade econômica, era o caso da Freguesia de Jacutinga, atual Nova Iguaçu.

As terras alagadas eram mais dinâmicas porque concentravam a rota de exportação do café e mesmo o município de Iguassu ocupando pouco essas terras tinha um porto próspero por ser o mais próximo da Serra do Mar; a baía criava uma rede de comunicação que fazia com que Vila Iguassu (atual Tinguá) ficasse próxima de Guaxindiba (S Gonçalo) em detrimento de Maxambomba (atual Nova Iguaçu) por exemplo.

A criação de Iguassu permitiu que territorialmente uma margem da baía se desvinculasse da outra, daí cair em desuso a noção de Recôncavo, o aparecimento de Estrela refletiu a divisão interna da Baixada e essa separação não se deu em função das muitas águas (Flumens) existentes na região. As noções de terras alagadas e secas estavam ligadas a periodicidade das cheias nas planícies embrejadas, quanto mais próxima da foz e da baía, as terras se mantinham mais alagadas, o que era fundamental para a navegação, por isso o porto de Estrela tinha grande fluxo, pois estava localizado na foz do Inhomirim, enquanto o de Iguassu tinha a vantagem de ser

no sopé da serra, mas seu rio dependia do volume de água para permitir o trânsito das grandes embarcações.

Mapa dos municípios que ocupavam a Baixada em 1850



Fonte: Simões, 2007, p.23

A inauguração da Central do Brasil (Estrada de Ferro D Pedro II) em 1858 viria alterar essa dinâmica, ao assentar seus trilhos no traçado do antigo Caminho da Terra Firme. O transporte fluvial e toda a logística que envolvia a sua manutenção rapidamente deixariam de existir ao ser transferido para ferrovia todo o escoamento do café. Com a Central do Brasil emergiria a noção de Baixada (ainda sem o fluminense).

No início do século XIX gastavam-se três dias para atingir os municípios do Vale do Paraíba, com o uso do barco a vapor (década de 1820) esse tempo foi encurtado para um dia, e com o trem em seis horas chegava-se à Barra do Pirai. A ferrovia criou nova espacialidade e as muitas águas tão necessárias à navegação passaram a ser vista como obstáculo à circulação. Estrela entraria em decadência e

parte de seu território voltaria a ser incorporado ao município de Iguassu, na República.

O termo Baixada foi utilizado para designar toda a extensão da planície embrejada, aparecendo na documentação dos ministérios da Agricultura (porque era onde estava alocada a Inspetoria das Obras Públicas) e dos Negócios do Império (que tinha sob sua alçada o Município Neutro) principalmente depois da década de 1870. Nessa documentação, Baixada abarcava também os subúrbios da cidade, aliás, foi por isso que se transformou em objeto de intervenção quando o assunto era insalubridade. A Junta de Higiene rapidamente percebeu que não adiantava sanear a cidade se também não o fizesse com o entorno.

Por outro lado, a documentação da pasta de obra explicitava que as muitas ferrovias que cortavam a região exigiam constante manutenção em função das terras alagadiças. A documentação exprime uma visão homogênea da região, inclusive nomeando-a como Baixada, o local passaria a ser visto como sertão, lugar de doenças e fronteira econômica que precisava ser explorada.

Grosso modo, até a década de 1870 a região mantinha estreita relação com a cidade, ainda que de forma secundária, a ideia de Baixada se constituiria cortando essa relação direta, mesmo que na prática espacialmente começasse no campo da Aclamação (estação central) em função do trem. Soares (1962) reputaria essa transformação ao do recrudescimento das doenças, ratificando a imagem do lugar como local de passagem.

O fim do século iria, porém, assistir a uma profunda modificação nessas relações, decorrentes do estabelecimento das ligações ferroviárias com o interior e do crescente desinteresse da metrópole pela baixada que, abandonada aos próprios e poucos recursos e privada, pela abolição da escravidão, da mão-de-obra que lhe permitia, ainda, subsistir como zona agrícola, iria entrar numa decadência profunda. Aos poucos, o brejo e a malária tomaram conta daquela região, que, durante dois séculos, estivera tão ligada à cidade. O mato invadiu as estradas, os rios e canais entupiram-se com a falta de limpeza e de dragagem, as populações fugiram. A metrópole passou a ver na baixada uma ameaça a suas portas. (Soares, 1962, p 176-177, grifos meu)

Todas as atenções dos gabinetes do Império e depois dos governos da República foram no sentido de sanear a região e incorporá-la ao espaço da cidade do Rio de Janeiro como cinturão verde. Desde o início, as Comissões de Saneamento tinham o objetivo de transformar, ou trazer de volta, a fertilidade das terras embrejadas do entorno da cidade do Rio de Janeiro, além é claro de acabar com as doenças palustres.

Baixada Fluminense era então toda a planície que se estendia de Itaguaí a Campos. Até a Comissão Federal de Hildebrando de Góes, criada em 1933, as comissões estaduais e federais dividiam suas atividades nas regiões da Baixada da Guanabara e Campista. Foi a comissão de Hildebrando que oficialmente a dividiu em quatro seções: Sepetiba, Guanabara, Araruama e Goitacás.

Baixada da Guanabara era o pedaço de terra referente à margem oeste da baía, e mesmo em textos da década de 1950 quando se referem a Fluminense e querem designar esse território específico utilizam o nome de Guanabara. É por isso que no artigo de Geiger et al (1953) os autores quando estudam possibilidades de recuperação econômica da baixada fluminense, discutem o cultivo da mandioca e da laranja em diversos municípios, mas quando se referem ao entorno da cidade do Rio, já articulam ao território os loteamentos:

A Baixada da Guanabara é uma região da Baixada Fluminense situada em torno da baía do mesmo nome onde ficam a capital da república e a do estado do Rio de Janeiro (...)

Grande transformação tem ocorrido nas últimas décadas pelas planícies sitiadas ao redor da baía da Guanabara. Áreas rurais vão passando a urbanas, formando-se novos bairros que se aglutinam à grande cidade do Rio de Janeiro (Geiger et al, 1953, p.95, grifo meu)

A Baixada Fluminense emerge discursivamente como um lugar apto a ser apropriado urbanamente pela Cidade do Rio de Janeiro. Soares quando em 1962 estuda Nova Iguaçu, pensa a região como uma célula urbana a ser absorvida pela metrópole, mas de forma subalterna como subúrbio periférico, aliás, esse é o título de um sub capítulo da autora.

Sob o discurso de desbravar o sertão, domar a natureza selvagem, acabar com as doenças e favorecer a colonização agrícola com imigrantes preferencialmente europeus (mas tiveram também os japoneses), as Comissões de Saneamento da Baixada Fluminense, entre outras coisas, tiveram que lidar com os compromissos políticos locais e as necessidades de expansão da capital federal, foi no bojo dessa tensão que se estabeleceu uma prática de intervenção. Concretamente, ao dessecar o entorno da cidade do Rio, juntamente com a construção de uma malha viária que integrava diversos pontos da região à capital e a eletrificação da Central do Brasil com uma passagem única, inviabilizaram a constituição do cinturão verde.

A Baixada Fluminense estava se constituindo enquanto periferia, como solução de moradia para as classes mais baixas. Neste sentido, não havia distinção do processo que estava ocorrendo na margem leste da baía ou mesmo na Zona Oeste. O fim da citricultura significou a remoção do último obstáculo à ocupação urbana na região:

Apesar de o estado da Guanabara ainda dispor de amplas áreas rurais em Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba, é para o norte, em direção aos municípios da Baixada da Guanabara que o crescimento da aglomeração carioca se vem processando com muito maior força e rapidez, depois que o dessecamento de seus pântanos e o seu saneamento a recolocaram à disposição da metrópole. Da expansão da cidade sobre a baixada resultou a ocupação contínua, de caráter suburbano, de ampla área que abrange os municípios vizinhos de Nilópolis e São João de Meriti, assim como parte dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, os quais podem ser considerados partes integrantes do Grande Rio de Janeiro. Local de residência de população numerosa e de poucos recursos, que se desloca, diàriamente, para vários pontos do Grande Rio de Janeiro, a essa função eles devem, primordialmente, a sua incorporação à metrópole. (Soares, 1962, p 29)

A noção de Grande Rio encobre um processo de incorporação seletiva de forma subalterna das terras da Baixada Fluminense, apesar de ser a face mais visível da metropolização. Fazer parte da Região Metropolitana ratifica a centralidade da

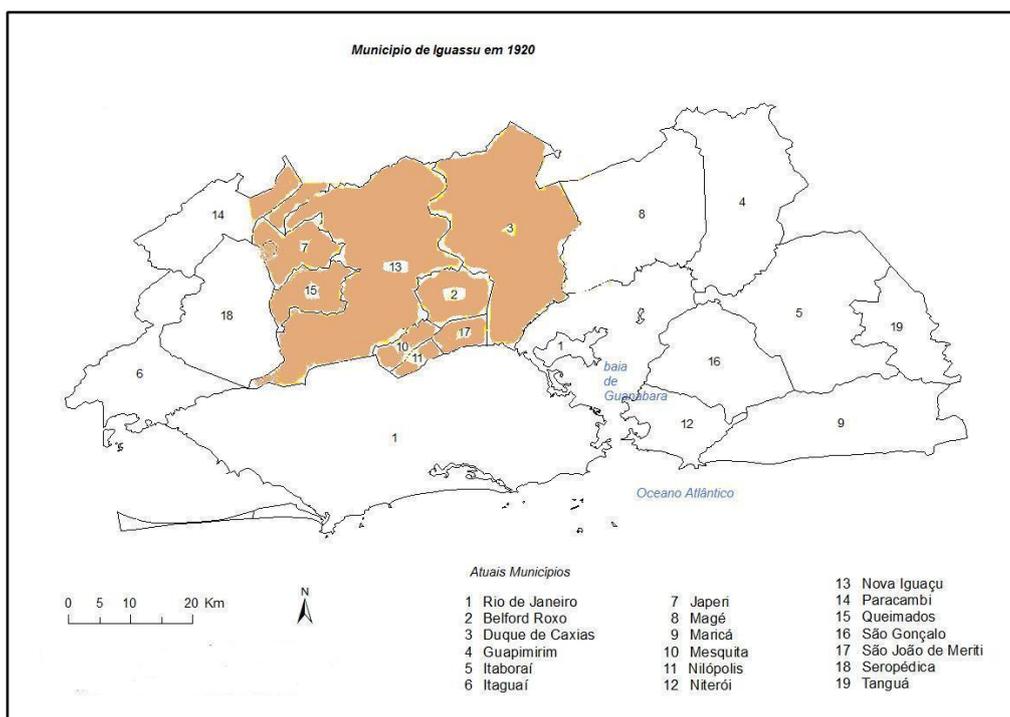
metrópole em detrimento da periferia, que a ideia de Grande Rio minimiza. A ocupação acelerada sem estrutura urbana ratificou a Baixada enquanto periferia e parte da região metropolitana, mas diferente de outras partes foi associado a este pedaço de chão um conjunto de elementos que criou uma identidade discursiva.

Grosso modo, entre 1960 e 1990, além da ausência de infra estrutura, urbanização acelerada, abandono dos poderes públicos, a violência foi incorporada como marca da região. Alves (2003) em seu estudo analisa como essa marca tornou-se sistêmica, observando que em cada momento histórico ela se apresentou de forma diferente, mas ratificando que sempre existiu, o autor a analisa como componente identitário da região.

É interessante ressaltar, que essa marca não foi construída pela prática da população, mas pelos interesses políticos dos grupos sociais hegemônicos da região articulados “aos de fora”, mantidos até a atualidade, inclusive sendo descortinado por Rocha (2013) como engrenagem geopolítica de inclusão e exclusão. Sem desconsiderar as dinâmicas internas, pois elas não permitem construir uma narrativa única, principalmente porque envolvem municípios de perfis diferentes, o termo Baixada Fluminense esconde essas divisões e de sobremaneira ilumina um conjunto de significados que homogeneíza o território.

Antigos termos como Recôncavo ou Grande Iguassu tinham a potência de dar nome ao lugar e esconder as inúmeras divisões internas e múltiplas atividades que constituíram a vida da região. O termo Baixada, nome que mais tarde viraria um conceito, na medida em que serviria para dar inteligibilidade a uma realidade, emergiu associado às Comissões de Saneamento e esteve intimamente ligado à expansão das linhas férreas na região. Esse termo foi difundido por aqueles que não eram do lugar para designar um determinado local com imagens negativas, mas foi apropriado pela população migrante, não como conceito único, mas enquanto um campo de muitas possibilidades de sentidos. Hoje, assim como antes, não se pode falar em Baixada no singular, em função de suas múltiplas dinâmicas, e dependendo do problema eleito pode-se espacializá-la de inúmeras formas, inclusive em uma cartografia com base nos territórios afetivos, ou seja, pode-se pensar em uma Baixada Afetiva.

Mapa do Município de Iguassu em 1920



Fonte: Brasil, 1922

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui, a narrativa construída buscou apontar no próprio processo histórico os sentidos dos vários termos utilizados para designar o pedaço de chão que atualmente é denominado de Baixada Fluminense. Sinteticamente, Recôncavo da Guanabara era o território adjacente à cidade do Rio, ocupando uma posição de complementaridade, a de Grande Iguaçu com suas duas dinâmicas, era visto como alteridade em relação à cidade, mas intrinsecamente ligada a ela, e a Baixada da Guanabara como espaço subalterno (lugar de doença e degradação ambiental) na primeira República. À noção de subalternidade juntamente com a omissão do Estado (em suas diversas esferas) constituiria a imagem de Periferia, que articulada à noção de violência emergiria a Baixada Fluminense.

Toda periferia intermediária da cidade do Rio, não casualmente, tem altos índices de violência, vide as estatísticas de São Gonçalo e o bairro de Santa Cruz, principalmente porque essas áreas foram fortemente ocupadas nas décadas de 60 e

70, mas houve uma produção discursiva chamando atenção, ou territorializando, para uma região específica essa imagem.

O outro lado do processo de metropolização, capitaneado pelo então estado da Guanabara, foi o de periferização de uma área, que desde o império esteve na agenda do governo central, em função da proximidade da Corte e depois Distrito Federal. A partir dos anos 1960⁶ não há nenhuma política pública pensada especificamente para a região, e foram poucas as setoriais (como a de habitação) que atingiram de fato a Baixada.

A questão é: os discursos sobre a região ao longo dos anos 50 e 60 identificaram-na como lugar de pobreza e de falta de estrutura urbana, mas no final dos anos 60 e 70, grandemente em função da omissão dos governos estaduais e federal, a banda ocidental da baía iria se consolidar como Baixada Fluminense, ratificando a imagem de pobreza, mas acrescentando a de lugar violento, ainda que fosse uma região economicamente dinâmica, exemplos disto são a REDUC, Bayer, etc. A Guanabara iria reforçar seus investimentos em seu território, criando contraponto com as áreas desassistidas do Estado do Rio, são esses elementos que permitem auferir a construção da Baixada Fluminense como periferia no sentido atual de uma dualidade entre metrópole e periferia. A própria ideia de criação da região metropolitana da Guanabara em 1969 era a ratificação da visão de uma região carente, mas sem a especificidade da Baixada.

A Fusão em 1975 e a constituição da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) viriam consolidar essa leitura do território. Usando critérios como grau de urbanização, violência e densidade populacional, a FUNDREM restringiu a Baixada ao que determinou de UUIO (Unidades Urbanas Integradas a Oeste) do Rio de Janeiro. Conforme esse critério, a Baixada Fluminense seria então composta pelos municípios Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu (ainda com Belford Roxo, Mesquita e Queimados/Japeri) e São João de Meriti.

Esse foi o grande ganho da atuação da FUNDREM na região, na medida em que certificou uma identidade a uma sub-região da Região Metropolitana, embora até

⁶ No levantamento realizado pelo projeto “Gênese da região metropolitana do Rio de Janeiro: Fundrem, administração pública e relações de poder” não foram encontrada nenhuma ação de grande porte do governo federal para a Baixada, no período. Esse projeto conta com recursos da FAPERJ.

hoje, dentro do Estado esse reconhecimento⁷ seja fluido. É por isto que alguns municípios, em função de interesses momentâneos, adotam seu pertencimento (ou não) à Baixada para auferirem ganhos políticos econômicos. A importância do reconhecimento da Baixada como território distinto dentro da região metropolitana não é só para facilitar a unidade de análise, mas para dimensionar historicamente essa distinção, que se reflete na dinâmica cotidiana de ocupação e urbanização, principalmente na forma de leitura de seus habitantes.

A pesquisa está em sua fase inicial, mas é possível através das nomenclaturas do lugar percorrer os sentidos sociais dados à região. Talvez para a metrópole não haja distinção entre Itaguaí, Nova Iguaçu e Maricá, mas para a população não há similitude e no caso da Baixada Fluminense essa ideia de pertencimento não é fluida como o é para seus governantes. Mesmo reconhecendo que a Baixada Afetiva se expressa em uma multiplicidade de cartografias possíveis, principalmente porque se ancora em memórias que ainda não se transformaram em narrativas históricas, todas, sem exceção se espacializam no grande território que a FUNDREM denominou de UUIO, ou que autores nomearam de Baixada Núcleo ou de Grande Iguassu. A dificuldade está para os governantes e/ou pesquisadores definirem a Baixada, não para a sua população.

A História da Baixada Fluminense é a história da ocupação de uma região no século XX, essa ocupação não possui uma relação direta com a antiga dinâmica do Recôncavo, apesar de inúmeras narrativas históricas tentarem ligá-las. Essa nova história tem lastro espacial e afetivo com o nordeste, a zona da Mata Mineira, o Vale do Paraíba e a própria cidade do Rio, através de uma população heterogênea que não pode ser entendida sem a Memória do Cativo e a da Fome. A Baixada foi ocupada por uma população religiosa (católico, evangélico e religiões de matrizes africanas) e trabalhadora, mas que tem profunda desconfiança na atuação do Estado, talvez isso explique em parte a violência.

A imagem de lugar pobre, violento e carente de tudo, principalmente pela ausência do Estado, esta sim a maior violência, hoje começa a ser desconstruída. Esta

⁷ Simões em suas duas obras (2007 e 2011) explora essa ideia, inclusive apontando as ações pontuais do governo estadual em dois momentos: SEDEB nos anos de 1990 (na realidade SEBAMA de 1995) e Baixada em dados da Fundação CIDE de 2004

desconstrução não significa o abandono da ideia de uma identidade territorial, ao contrário, parte do conhecimento desse processo para ratificar a necessidade de construção de novas redes de significados. Este texto é produto deste compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. 2 vols. Rio de Janeiro: Andréa Jakobsson Estúdio e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, José Cláudio. *Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. *Coleção das leis do Império*. Actos do Executivo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/%C3%ADndice-17.pdf>. Acesso em 1 de março de 2011.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *População Recenseada em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6462.pdf>. Acesso em 30 de mai de 2012.

ENNE, Ana Lúcia Silva. *“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”*: Memória, representações sociais e identidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional).

GEIGER, Pedro Pinchas et al. Estudos para a recuperação econômica da Baixada Fluminense In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, N 5, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais contemporâneas In: *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias: CMD/AAIH, vol. 4, N. 6, 2006.

ROCHA, André dos Santos. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. Vol. 3, N. 4, 2013.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense*. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

_____ *Baixada Fluminense, sociedade e natureza*. Mesquita: ed. Entorno, 2011.

SOARES, Maria Teresinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 2, n. 24, 1962.